

## Sumário

Agradecimentos .....	5
Resumos   Abstract .....	9
Nota Explicativa .....	11
Lista de Abreviaturas .....	13
Introdução .....	17

### CAPÍTULO I

#### O DIREITO DE MERA ORDENAÇÃO SOCIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

1. Resenha histórica .....	19
2. Caracterização .....	22
3. O ilícito de mera ordenação social e o ilícito criminal .....	23

### CAPÍTULO II

#### O REGIME GERAL DAS CONTRA-ORDENAÇÕES

1. Definição de contra-ordenação .....	27
2. Elementos da contra-ordenação .....	28
3. Princípios da legalidade, da tipicidade e da não retroactividade da lei contra-ordenacional .....	29
3.1. Princípio da legalidade .....	29
3.2. Princípio da tipicidade .....	30
3.3. Princípio da não retroactividade .....	30
4. Responsabilidade contra-ordenacional .....	32
4.1. Responsabilidade contra-ordenacional das pessoas colectivas .....	32
5. Direito de aplicação subsidiária .....	34
6. A culpa - dolo e negligência .....	35
6.1. Princípio da responsabilidade e da culpa .....	35
6.2. Dolo .....	36
6.3. Negligência .....	37
7. Inimputabilidade .....	37
7.1. Inimputabilidade em razão da idade .....	37
7.2. Inimputabilidade em razão de anomalia psíquica .....	38
8. A tentativa .....	39

9. A comparticipação.....	41
10. Coima.....	43
10.1. Montante da coima.....	43
10.2. Determinação da medida da coima.....	43
10.3. Fins da coima .....	44
11. Admoestação.....	45
12. Concurso de contra-ordenações.....	47
13. Contra-ordenação continuada .....	48
14. Sanções acessórias .....	50
15. Prescrição.....	51
15.1. Prescrição do procedimento contra-ordenacional.....	52
15.1.1. Suspensão da prescrição do procedimento contra-ordenacional .....	52
15.1.2. Interrupção da prescrição do procedimento contra-ordenacional .....	53
15.2. Prescrição da coima e das sanções acessórias .....	53
15.2.1. Suspensão da prescrição da coima e das sanções acessórias.....	54
15.2.2. Interrupção da prescrição da coima e das sanções acessórias.....	54
16. Concurso entre crime e contra-ordenação .....	54
17. Tramitação do processo contra-ordenacional .....	55
17.1. Princípio da oficialidade ou obrigatoriedade (fase administrativa do procedimento) .....	55
17.2. Medidas cautelares.....	57
17.3. Identificação do infractor pelas autoridades administrativas e policiais.....	57
17.4. Auto de notícia .....	58
17.4.1. Elementos do auto de notícia .....	59
17.5. Denúncia.....	60
17.6. Notificação de acusação.....	61
17.6.1. Princípios da imparcialidade e da objectividade....	61
17.6.2. Direito de audição e defesa do arguido .....	62
17.6.3. Direito à assistência de um defensor .....	65
17.7. Pagamento voluntário da coima .....	65
17.8. Decisão condenatória da autoridade administrativa...	65
17.9. Impugnação judicial da decisão condenatória da autoridade administrativa (Fase judicial do procedimento).....	67

17.9.1. Princípio da garantia de defesa perante os tribunais .....	67
17.9.2. Garantia de acesso ao direito e aos tribunais ..	68
17.9.3. Forma e prazo da impugnação judicial ...	68
17.9.4. Apreciação do recurso pelo Tribunal .....	69
17.9.5. Participação da autoridade administrativa nesta fase .....	69
17.9.6. Recurso para Tribunal superior .....	70
18. Execução da coima .....	70
19. Substituição da coima por prestação de trabalho a favor da comunidade .....	71

### CAPÍTULO III

#### AS CONTRA-ORDENAÇÕES LABORAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

1. O regime substantivo .....	73
1.1. Contra-ordenação laboral .....	74
1.2. Tipos de contra-ordenações laborais .....	74
1.3. Os sujeitos da contra-ordenação laboral .....	76
1.4. A culpa: dolo e negligência .....	77
1.4.1. Presunções de negligência e de dolo .....	77
1.5. Graduação das infracções laborais, e valores das coimas ..	78
1.6. A reincidência .....	80
1.7. Pluralidade de contra-ordenações .....	82
1.8. O concurso de contra-ordenações .....	82
1.9. A determinação da medida da coima .....	82
1.10. Admoestação e dispensa de coima .....	83
1.11. Pagamento e destino das coimas .....	84
1.12. As sanções acessórias .....	86
2. O regime adjectivo .....	87
2.1. Competência para o procedimento e para a aplicação de coimas .....	87
2.1.1. A Autoridade para as Condições do Trabalho ..	88
2.2. Auto de notícia .....	89
2.3. Participação .....	90
2.4. Elementos do auto de notícia e da participação .....	92
2.5. Auto de advertência .....	93

2.6. Direito de audição e defesa do arguido.....	94
2.7. Instrução do procedimento contra-ordenacional.....	95
2.8. Processo especial .....	97
2.9. Da decisão condenatória .....	98
2.10. Da impugnação judicial da decisão condenatória proferida pela ACT .....	100
2.11. Do recurso da sentença do Tribunal de 1. <sup>a</sup> Instância .	105
2.12. Prescrição do procedimento .....	106
2.13 Prescrição da coima.....	107
2.14. Prescrição das sanções acessórias .....	107

## CAPÍTULO IV

### AS CONTRAVENÇÕES LABORAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

1. Terminologia: contração e contra-ordenação.....	109
2. Enquadramento legal .....	110
3. A Lei Geral do Trabalho.....	110
4. O Regime das multas por contração ao disposto na LGT e legislação complementar .....	111
4.1. Âmbito.....	112
4.2. Definição de contração.....	112
4.3. Prescrição das contrações.....	112
4.4. Tipos de contrações laborais.....	112
4.5. Graduação das multas .....	115
5. Lei n.º 23/91, de 15 de Junho (Lei da Greve) .....	115
6. Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro (Lei de Bases da Protecção Social) .....	116
7. Decreto n.º 38/08, de 19 de Junho (Regime Jurídico de Vinculação e de Contribuição da Protecção Social Obrigatória) ...	117
8. Inspecção-Geral do Trabalho .....	118
8.1. Âmbito de actuação e atribuições da IGT.....	120
8.2. Acções pedagógicas .....	120
8.3 Acções coercivas .....	121
8.4. Medidas de execução imediata.....	121
8.5. Poderes dos inspectores do trabalho .....	122
9. O processo de contração laboral.....	123
9.1. O auto de notícia .....	123

9.2. Comunicação do auto de notícia ao infractor .....	124
9.3. Reclamação do infractor .....	126
9.4. Graduação das multas .....	128
10. Competência dos Tribunais em matéria laboral.....	128
11. A realidade do procedimento contravencional laboral angolano .....	128

## CAPÍTULO V

### OUTROS REGIMES CONTRAVENCIONAIS ESPECIAIS

1. Lei n.º 12/11, de 16 de Fevereiro (Lei das Transgressões Administrativas) .....	131
2. Lei n.º 1/07, de 14 de Maio (Lei do Exercício das Actividades Comerciais e Serviços).....	134
3. Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro (Lei das Instituições Financeiras) .....	136
4. Decreto-Lei n.º 5/06, de 4 de Outubro (Código Aduaneiro) .....	142
5. Diploma Legislativo n.º 3868, de 30 de Dezembro de 1968 (Código Geral Tributário) .....	149
6. Decreto-Lei n.º 5/08, de 29 de Setembro (Código da Estrada) .....	151
7. Lei n.º 27/12, de 28 de Agosto (Lei da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas) ....	153
8. Legislação da indústria petrolífera.....	155
8.1. Decreto n.º 37/00, de 6 de Outubro (Regime das actividades de transformação, armazenagem, distribuição, transporte e comercialização de produtos petrolíferos) .....	155
8.2. Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro (Lei das Actividades Petrolíferas).....	156
8.3. Lei n.º 13/04, de 24 de Dezembro (Lei sobre a Tributação das Actividades Petrolíferas) ..	156
8.4. Decreto n.º 1/09, de 27 de Janeiro (Regulamento das Operações Petrolíferas).....	157
8.5. Decreto-Lei n.º 17/09, de 26 de Junho (Lei do Recrutamento de Pessoal para a Execução das Operações Petrolíferas) .....	157

## CAPÍTULO VI

### MEDIDAS PARA MELHORAR O PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL ANGOLANO

1. De ordem substantiva .....	159
2. De ordem adjectiva.....	163
3. O ordenamento jurídico (contra-ordenacional) português como modelo .....	171

## CAPÍTULO VII

### CONCLUSÕES

1. Do ordenamento jurídico português .....	173
2. Do ordenamento jurídico angolano .....	177
Bibliografia .....	181